

CRIANÇAS DE RUA LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA ORAL

*Antonio Torres Montenegro**

Resumo

Este artigo tem como tema central a problemática das crianças pobres, que vivem e/ou são abandonadas nas ruas das cidades. A partir de uma análise de diferentes momentos da história do Brasil, procura-se estudar como essa questão foi historicamente tratada da perspectiva do Estado. Ao mesmo tempo se estabelece um contraponto entre literatura, fontes orais e escritas, buscando ressaltar a importância da diversidade documental para o trabalho do historiador.

Palavras-chave

Crianças de rua; história; literatura.

Abstract

This article focuses on the theme of poor children who live or are abandoned in the streets of the cities. Beginning with an analysis of different periods of the Brazilian history, it seeks to examine how this question was historically dealt with by the State. At the same time, it establishes a relationship between literature and oral and written sources, trying to highlight the importance of diverse documentation to the historian's task.

Key-words

Homeless children; history; literature.

* Professor do Departamento de História da UFPE.

Para construção desse trabalho, decidimos estabelecer um diálogo transversal entre literatura e história, em que privilegiamos a história oral de vida de crianças de rua como eixo condutor do debate desenvolvido nesse artigo. A partir dessa história do presente, que o trabalho com as fontes orais possibilita, fomos desafiados a revisitar Jorge Amado, em *Capitães da Areia*, Machado de Assis, em “Pai contra mãe”, e Charles Dickens, através de *Oliver Twist*, considerados emblemáticos da problemática que a vida infantil representa para o segmento dos despossuídos. Em suas obras, estes autores instituem um universo de práticas e sentimentos do mundo infantil em relação com os outros níveis da sociedade. A encruzilhada com a história será realizada também a partir das pesquisas que têm resultado em dissertações e teses de doutorado, nas quais esta temática constitui-se em objeto central de análise. Os relatos de história oral de crianças de rua analisados resultaram de projetos desenvolvidos em Salvador e Rio Branco.

Caminhar na trilha que a sociedade ocidental cristã legou, no que tange a crianças e adolescentes das camadas pobres da população, remete a campos de infinitas caracterizações, marcados de forma indelével pelo permanente limiar: ou a constante disputa entre a razão e o absurdo, o sentido e o não sentido, a lógica e a não lógica, o humano e o seu avesso. Nesse aspecto, percebe-se, nos caminhos trilhados pela literatura e história acerca do tema em tela, a constante semelhança entre os campos narrativos, tornando algumas vezes impossível uma definição clara de fronteiras.

A criança brasileira, na literatura e na história, entre o final do século XIX e alguns momentos pontuais na década de XX, constitui-se na temática central desse estudo. Entretanto, Dickens foi escolhido como referência necessária, na perspectiva de termos sempre presente que somos contemporâneos de um tempo histórico em que a grande maioria dos problemas que afligem a sociedade é mundial, embora revelem também características regionais ou específicas.

Embora Machado e Dickens tenham vivido em uma mesma época (o século XIX), retratam nesses seus escritos sociedades bastante diversas. Machado, a brasileira, dominada pela escravidão e pelo mundo rural, apesar de escolher como palco da sua criação o Rio de Janeiro em processo de urbanização. Dickens, a inglesa ou, mais propriamente, a Londrina em processo de industrialização e urbanização. Jorge Amado retrata as primeiras décadas do século XX e revela algumas problemáticas bastante próximas do autor inglês, embora reconheça-se uma certa distância histórica e geográfica.

A ficção literária que estes autores constroem arrebata e emociona, ao redesenharem os labirintos humanos que têm sido produzidos para as parcelas pobres da população.

Contemporâneos de sociedades com formações sociais diferenciadas, em inúmeros aspectos, viveram em tempo histórico em que a universalização das relações comerciais carregava em seus porões, além das matérias-primas e manufaturas, as criações modernas do mundo artístico-cultural. Nesse sentido, a imprensa será um importante veículo de divulgação da criação literária de Machado e Dickens, através dos folhetins dos jornais, publicações periódicas que os imortalizaram. O realismo de ambos ao descreverem a sociedade do seu tempo, habitada por personagens construídos em suas múltiplas dimensões, irá condicionar uma parcela de leitores quanto à forma de perceber, sentir e compreender o universo social recriado.

Amado, com seu romance realista de caráter marcadamente regionalista, apesar de não o ter publicado em folhetim, tomará a imprensa como referência ficcional. A narrativa inicia, utilizando-se o autor de imaginárias notas da imprensa de Salvador, informando sobre um roubo à vivenda de um certo Comendador José Ferreira e, em seguida, as versões do secretário, do chefe de polícia, do padre, do juiz de menores, de uma mãe defendendo os capitães da arca e do diretor do reformatório.

Este é o cenário ficcional inicial que será desenvolvido ao longo do livro. Os relatos da imprensa são apenas um recurso literário, mas a consulta a periódicos da época ajuda a compreender que aquelas notas estavam muito próximas da realidade do cotidiano do mundo pobre infantil de Salvador, e de uma parcela significativa das cidades brasileiras.

A Roda dos Enjeitados

Machado, no conto “Pai contra mãe”, inicia, com seu estilo preciso, uma breve descrição da sociedade escravocrata e projeta, em alguns parágrafos, um cenário mais rico de significados que a própria imagem sugerida por suas palavras consegue estabelecer:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres... (...) Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. (Assis, 1962, p. 659)

Ao afirmar que “a escravidão levou”, está referindo-se a um tempo passado, a uma instituição da qual fora contemporâneo, mas sobre a qual tinha uma visão conservadora,

como observa um dos seus críticos: “A liberdade lhes serve apenas de estorvo, de nenhum modo, ideológica ou politicamente, valorizada socialmente” (Faoro, 1974, p. 326). O ofício que a escravidão teria levado consigo é o de capitão-do-mato, que seu personagem, Cândido Neves – “em família Candinho” – abraçou, por ser incapaz de dedicar-se a uma outra atividade. Mesmo sem profissão fixa, pois exerce apenas o ofício de capitão-do-mato, inicia um namoro com Clara, que é órfã e vivia com a tia Mônica, ambas sobrevivendo pobremente das suas costuras. Realizado o casamento, a tia advertiu-lhes que evitassem trazer ao mundo uma criança, “pois, se tiverem um filho, morrem de fome” (Assis, 1962, p. 660). Sobre o que, imediatamente, retrucou a sobrinha: “Nossa Senhora nos dará de comer...” (idem, p. 660). E onze meses depois nascia o filho do casal. As dificuldades econômicas aumentam, os escravos fugidos escasseiam. A publicação de anúncios na imprensa, a que o referido capitão-do-mato recorre para sair à procura, constitui-se em uma seção regular da imprensa da época. Porém, após inúmeras tentativas de captura, seguindo a descrição dos anúncios, só restará a Cândido Neves levar seu filho à Roda dos Enjeitados. Isto após tentar driblar as dificuldades da falta de alimento, numa busca desesperada de realizar alguma captura. Tia Mônica, desde o instante em que o nascimento do filho prenuncia-se, sugere levá-lo à Roda, como uma alternativa salvadora. A simples menção dessa possibilidade causa incomensurável e violenta indignação no jovem pai. Mas a tia não se abate com a revolta e argumenta: “Este será bem criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo?” (idem, p. 664).

Crianças levadas à Roda, ou abandonadas em praias e monturos, que Machado projeta, no diálogo entre tia Mônica e os jovens pais, não se constitui numa mera imagem da ficção literária. O trabalho – *A Roda dos Enjeitados* –¹ revela, após uma minuciosa pesquisa na documentação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e uma ampla análise dos viajantes e dos Anais Pernambucanos, de F. A. Pereira da Costa, entre outras fontes estudadas, como a existência de crianças pobres abandonadas nas ruas, soleiras, praias é uma prática comum entre as camadas populares e uma preocupação dos setores dominantes desde fins do século XVI ao XIX.

1 A dissertação de João Alfredo dos Anjos, *A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX*, retrata através de uma vasta pesquisa documental a dramacidade desta problemática, durante o Império.

De todos os modos, o Decreto pombalino foi o marco disciplinador da relação jurídica com os ingênuos enjeitados e passou a ser estímulo à criação de enjeitárias como forma de atenuar o problema crescente do abandono de crianças pelas ruas das cidades, seja no Reino, seja nas colônias. (Idem, p. 107)

O número de crianças enjeitadas em Vila Rica e Mariana, onde se têm estudos, não se diferenciaria, do de Recife, ou seja, um índice de 11%, revelando que uma em cada quinze crianças seria abandonada (idem, p. 107). A dramaticidade dessa realidade apontada no conto é corroborada pela documentação da época, que registra casos de recém-nascidas deixadas nos “matos, nas praias e soleiras das portas dos fogos das vilas, na mor parte das vezes eram comidas por animais domésticos” (idem, p. 30).

Deve-se destacar a tênue separação existente entre órfão e enjeitado, pois o enjeitado poderia ser ou não órfão. Era costume – nas enjeitárias – deixar junto à criança um sinal que possibilitasse, no futuro, ser reconhecida e retornar aos pais. Haveria, na época, três razões fundamentais para os pais, que enjeitam ou expõem seus filhos nas rodas ou em outros lugares para serem criados pela caridade: 1. filhos de uniões clandestinas; 2. pobreza dos pais; 3. perversidade de alguns pais. Acrescenta-se ainda uma quarta razão, que seria o caso da escrava que deixava seu filho na roda, acreditando no cumprimento do alvará pombalino, que garantia a ingenuidade dos enjeitados. Mas este nem sempre foi cumprido (idem, p. 62).

Segundo descrição de um viajante, que conheceu a Roda em Recife, por volta de 1814, esta seria uma “caixa cilíndrica, aberta apenas de um lado fixada num muro onde pode mover-se sobre um eixo”. Uma sineta possibilitava que “a rodeira” fosse comunicada de que estava sendo deixada uma criança e, ao mesmo tempo, mantivesse anônimo aquele que enjeitava. A Roda era sempre localizada em lugar de pouco movimento, para manter a discrição, apesar de funcionar as vinte quatro horas. A Roda, necessariamente não estava localizada no mesmo prédio da Casa dos Expostos ou Enjeitárias, onde essas crianças cresciam e eram educadas (idem, p. 80).

Mas o filho de Candinho é salvo a poucos metros da Roda, quando este percebe um vulto de uma mulher que corresponde à descrição do anúncio de jornal que recortara e passara todo o dia, inutilmente, a procurar. Este, em especial, chamara-lhe a atenção pelo valor da recompensa, cem mil réis. E ao deixar seu filho sob guarda numa farmácia próxima e disparar na perseguição daquele vulto, irá prender uma escrava fugida, de nome Arminda, que está grávida e lhe roga por tudo que não a entregue. Promete tornar-se, a partir daquele momento, sua escrava fiel e obediente. Cândido não se comove e, pensando apenas na recompensa que salvaria da roda seu filho, leva-a prisio-

neira ao sobrado do anúncio. Todo o percurso até o endereço anunciado é trilhado por uma árdua luta da escrava para se desvencilhar do seu algoz. Mas Candinho é muito mais forte e a arrasta pelas ruas sem que qualquer transeunte tome conhecimento da cena. Ao aproximar-se do sobrado, o rumor da luta chama a atenção do senhor, que se aproxima da porta ao reconhecer a escrava fugida. Na própria soleira este recebe Arminda, que, cansada da luta e amedrontada, cai ao chão. Imediatamente após receber a recompensa e antes de se afastar, Cândido assiste ao aborto da criança da escrava recém-capturada, que vem ao mundo morto. No entanto, sem tomar conhecimento das conseqüências da cena que acabara de presenciar, corre de volta à farmácia em busca do seu filho. Em casa, com a recompensa e o filho, entre beijos e lágrimas, “abençoava a fuga e não lhe dava do aborto. – Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração” (Assis, 1962, p. 667).

Este ensejo final de Machado, apesar de sugerir um completo conformismo com o cenário social da época, remete à própria busca da literatura, que é estabelecer uma associação com a própria experiência humana.² Esta capacidade de racionalizar a tragédia não se resume à cena literária construída. Parece projetar algo da própria condição humana. Uma constante possibilidade de conviver e reproduzir práticas que atentam contra a própria vida, como se estas fossem inteiramente naturais. Nesse sentido, o outro, como indivíduo, constitui-se numa representação inteiramente descolada da relação com o nós. Ou, como metaforicamente “bate o coração” do capitão-do-mato, apenas para a salvação do seu filho, e não para o da escrava, dominado pela lógica metafísica do princípio de identidade do ser ou não ser, salvar ou morrer.

Machado, nesse breve conto, reconstrói a mentalidade de uma época: o espírito que informava e governava as ações da maioria dos homens e das mulheres livres na relação com o outro, o escravo. No entanto, abriga uma surpresa ao leitor, ao sugerir uma passagem possível para se pensar também o presente e os inúmeros momentos em que, de uma forma paradigmática, esse tipo de cena se repete. É mais um lugar em que o olhar do escritor e o do historiador parecem reconhecer e constituir territórios de infinitas conexões.

2 As reflexões de Hayden White em *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura* nos ajuda a refletir sobre a relação entre o fazer historiográfico e o literário.

A arma do crime

A criança órfã retratada por Dickens, em *Oliver Twist*, tem como cenário a sociedade inglesa do século XIX, em acelerado processo de urbanização e industrialização. Oliver, uma criança nascida no asilo de Mendicidade, percorrerá pelas mãos do autor os corredores subterrâneos que a sociedade produziu para garantir-lhe a sobrevivência e uma mínima educação. Em seguida, será enviado aos lugares de trabalho infantil que lhe são reservados e destes ao submundo da cidade, onde as malhas da criminalidade o capturam e o aprisionam.

Para a sociedade urbanizada, o processo de enquadramento da criança pobre, órfã, abandonada ou mesmo que ocupa seu tempo perambulando pelas ruas, será através da ótica criminal. Este é um modelo que muito cedo se universaliza, não ficando restrito às grandes cidades da Europa. Não é fortuito que, na primeira década do século XX, em Recife, seja criada uma Escola Correcional e que esta venha a se localizar no interior da Casa de Detenção. Atendia a uma preocupação do meio comercial em sintonia com as autoridades policiais. Assim, o número de crianças a vagar pelas ruas chamava a atenção não só das autoridades policiais, mas também do meio comercial.³ A Escola Correcional então criada teria o papel de

afastar da ociosidade das ruas, dos lugares suspeitos e perniciosos e casas de tavolagens, pequenas criaturas sem educação e disciplina doméstica, alguns até de pais ignorados, a quem o governo teve o intuito de amparar-lhes as condições de existência, colocando-as sobre a proteção do Estado, que se converteu em tutor e educador dessa infância lançada à estrada do crime e bem digna de melhor sorte. (Idem, p. 194)

No entanto, esse cuidado em afastar dos “lugares suspeitos e perniciosos”, “da estrada do crime”, revela que, de fato, o intento maior é retirá-los das ruas, da visibilidade pública, como também evitar que cometam pequenos furtos. A preocupação em oferecer-lhes uma educação formadora e uma melhor sorte é apenas uma figura de linguagem, sobretudo quando se instala a Escola Correcional no interior da Casa de Detenção, onde as crianças terão como parceiros os presos comuns.

3 A dissertação de Mozart Vergetti de Menezes, *Prevenir, disciplinar e corrigir: as escolas correcionais no Recife (1909-1929)*, analisa alguns aspectos como o Estado, nas primeiras décadas deste século, procurou tratar a questão das crianças pobres que perambulavam pelas ruas.

Retornando a Dickens, no caso de Oliver, este será enviado do asilo para uma granja,

um anexo do asilo situado a três milhas da cidade, onde vinte ou trinta outros jovens infratores das “leis dos pobres” reboavam sobre o assoalho, da manhã à noite, sem correr o risco de serem alimentados ou vestidos em excesso, sob as vistas maternas duma pessoa de idade que recebia delinqüentes à razão de sete pence e meio por semana. (1944, p. 8)

A granja descrita está muito próxima da Escola Correcional do Recife e do Reformatório imaginado por Jorge Amado em *Capitães da Areia*. Este é preliminarmente descrito pelo autor através de uma carta de uma costureira, mãe de um ex-interno, enviada à redação do *Jornal da Tarde*:

É para falar no tal reformatório que eu escrevo estas mal traçadas linhas. Eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal do reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma. Meu filho Alonso teve lá seis meses e se eu não arranjasse tirar ele daquele inferno em vida, não sei se o desgraçado viveria mais seis meses. O menos que acontece pros filhos da gente é apanhar duas e três vezes por dia. (Amado, 1997, p. 13)

A narrativa em forma de carta da mãe de um ex-interno, em *Capitães da Areia*, está muito próxima das descrições que a imprensa muitas vezes divulga sobre as condições como continuam a ser tratadas as crianças internadas no final deste milênio em locais idênticos ao do relato ficcional de Jorge Amado. Há entre o campo literário e o histórico, além de semelhanças, um caráter de insistente permanência no cotidiano social de práticas que desafiam valores e princípios.

Memórias orais

Em 1993, foi publicado um livro com histórias orais de meninos e meninas que vivem nas ruas de Salvador.⁴ A utilização dos recursos técnicos do gravador possibilita que as experiências vivenciadas pelas crianças que moram na rua sejam conhecidas através dos seus próprios relatos. Os adjetivos seriam insuficientes para demarcar o que

4 O livro de Yara Dulce Bandeira de Ataíde, *Decifra-me ou devoro-te. História Oral de vida dos meninos de rua de Salvador*, reconstrói por meio de depoimentos dessas crianças a enorme gravidade desta problemática.

estes depoimentos revelam de dor, sofrimento, injustiça, atrocidade, perversidade. Nesse sentido, embora a literatura ou mais propriamente os romances históricos tenham sido pioneiros com seus estudos sobre a vida cotidiana⁵ e, por extensão, constituam-se em uma forma de denúncia social, as narrativas das próprias crianças, algumas quase adolescentes, ao descreverem determinadas passagens do mundo a que são relegadas, transformam-se em uma peça documental da forma e do lugar que a sociedade estabeleceu para administrar a infância pobre e desvalida. Revelam um quadro das ações da polícia, que a sociedade instituiu para lidar com a infância e a adolescência pobre. Estabelecendo um contraponto com *Capitães da Areia*, em que uma das crianças, apelidada de Sem-Pernas, será o personagem escolhido para representar o tratamento dispensado pela polícia a essas crianças e adolescentes, o autor imagina o seguinte quadro:

Ele quer um carinho, uma mão que passe sobre os seus olhos e faça com que ele possa se esquecer daquela noite na cadeia, quando os soldados bêbados o fizeram correr com sua perna coxa em volta de uma saleta. Em cada canto estava um com uma borracha comprida. As marcas que ficaram nas suas costas desapareceram. Mas de dentro dele nunca desapareceu a dor daquela hora. Corria na saleta como um animal perseguido por outros mais fortes. A perna coxa se recusava a ajudá-lo. E a borracha zunia nas suas costas quando o cansaço o fazia parar. A princípio chorou muito, depois, não sabe como, as lágrimas secaram. Certa hora não resistiu mais, abateu-se no chão. Sangrava. Ainda hoje ouve como os soldados riam e como riu aquele homem de colete cinzento que fumava charuto. (Amado, 1997, p. 31)

Este é o cenário imaginado por Jorge Amado quando representa o mundo infantil pobre sob o domínio da instituição policial. No entanto, mais do que um ato de imaginação da criação literária, o autor reflete a forma como a própria sociedade da época (década de 1930) oficialmente projeta o lugar, a instituição, as práticas para encaminhar e lidar com esta realidade.

A concepção de menor e de criança que norteou a atuação da Justiça, a partir das primeiras décadas do século XX, teve como referência os pressupostos estabelecidos pela ciência positivista. Passou-se a estudar, examinar e qualificar o menor construindo-se um enquadramento dentro de certas características morais, físicas, sociais, afetivas e intelectuais. Com este espírito é que foi criado o Juízo dos Menores, em 1923; no

5 O artigo "O que é Romance Histórico?", de Edgar S. de Decca, oferece uma rica reflexão sobre a questão do cotidiano na literatura e a relação com a história.

entanto, só em 1927 foi aprovado o primeiro Código de Menores. A atuação deste Juízo dos Menores foi restringida em 1941, quando foi, então, iniciado o Serviço de Assistência a Menores (SAM).⁶

Apenas na década de 1970, ante as pressões sociais pela democratização da sociedade, a questão da criança e do adolescente passa a ser revista pelo governo. É estabelecida uma política de bem-estar do menor, tendo como órgão gestor a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – Funabem, criada pela Lei 5.413/6. A política que norteava este órgão era de caráter assistencial-paternalista; procurava-se atender os menores através de medidas de internação. A Funabem transformou-se, nos estados, na Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem).⁷ As condições oferecidas às crianças recolhidas no SAM, como posteriormente na Febem, são bastante conhecidas. Por outro lado, é do conhecimento geral como, muitas vezes, estas crianças recolhidas pela polícia, principalmente aquelas que cometem alguma infração, são alvo de inúmeras violências.

Na Constituição de 1988, o antigo Código de Menores de 1927 foi revogado, adotando-se uma concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direito, e não mais de objetos de intervenção da sociedade ou do Estado. Essa é a filosofia básica que informa o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em outubro de 1990.⁸

Apesar das significativas mudanças na legislação, a partir da aprovação do referido Estatuto, muitas dessas crianças e adolescentes continuaram sendo alvo da violência policial. Nesse sentido, quando Rosa, uma menina de rua entrevistada na cidade de Salvador em 1991, relembra sua experiência com a polícia, reconstrói uma lembrança de dimensões inimagináveis:

Já fui em cana, e nunca me esqueço daquela noite em que a polícia me pegou e me estuprou. Eu tinha 11 anos. Estava me divertindo na praia, fumando maconha com dois amigos e, quando menos esperávamos, apareceu um carro de polícia. Ele surgiu tão de

6 O artigo de Irma Rizzini, “O elogio do científico – A construção do ‘Menor’ na prática jurídica”, analisa historicamente como a área do direito numa perspectiva multidisciplinar, constrói o universo disciplinar e legal do menor.

7 João Silva Lima no livro, *Senhores da Rua: o imaginário dos meninos e meninas de (na) rua da cidade de Rio Branco*, realiza um estudo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente ante as especificidades da cidade de Rio Branco.

8 O artigo de Sérgio Adorno, “Criança: a Lei e a Cidadania”, reconstrói e analisa historicamente as mudanças que são introduzidas com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

repente que nem tivemos tempo de fugir. Os policiais já saltaram do carro com as armas na mão e começaram logo a atirar. Ainda tive tempo de me esconder atrás de uma barraca. Mas um dos meus amigos foi baleado e morreu na hora... ali mesmo!... recebeu um tiro na cabeça e sangrou muito. O rosto ficou tão coberto de sangue que nem se podiam ver os olhos, a boca e o queixo. Era tanto sangue que nem dava pra reconhecê-lo!... Fiquei apavorada!... Sentia-me muito mal, não só por causa do medo de morrer, mas também por causa de tanto sangue que saía da cabeça do meu amigo morto!... Sentí vontade de vomitar e fiquei tonta. Quis gritar, mas vi que não adiantaria nada. Já estava quase desmaiando quando eles atiraram em mim. Felizmente a bala passou de raspão na minha perna... bem aqui!... Ainda tenho a marca até hoje e, sempre que olho pra ele, fico com raiva da polícia e sinto vontade de me vingar daqueles milicos da peste!... Pois é!... Aí, eles me pegaram, me deram muito tapa na cara e ficaram querendo saber pra onde tinha ido o outro menino, que tinha fugido. Enquanto procurava me esconder, eu nem tinha visto que ele tinha fugido no meio da confusão. Fiquei com inveja da sorte de Betinho... Aliás, Betinho sempre foi muito esperto e sempre conseguiu se safar bem nas situações difíceis. Acho que ele nunca foi pego nem pela polícia nem pelo juizado. Aí, começou a sacanagem que fizeram comigo. Fuí chutada, me cuspiram, puxaram minhas orelhas, rasgaram a minha roupa e me deixaram nua. Encostaram cigarro aceso no meu rosto, nos meus peitos e na minha xoxota. Fiquei toda marcada... Quanto mais eu chorava e gritava, mais eles me maltratavam e me xingavam, sem dó nem piedade!... Até parecia que eles se divertiam com o que faziam comigo. Eles davam risadas e alisavam e apertavam os meus peitos e passavam a mão na minha bunda. E só ficavam perguntando pra onde tinha ido Betinho. Mas eu tinha resolvido que não ia contar nada, porque Betinho é meu amigo. Amigo é pra essas horas. A gente tem que se ajudar uns aos outros e saber guardar segredo. Hoje eu o defendo... amanhã é ele quem me defende!... E, assim, a gente se ajuda e se protege... Tinha um negão, de cara bixiguenta, que era o pior de todos, e era quem mais me perguntava as coisas. Ele era tão mau que até parecia que tinha parte com o diabo. Eles continuavam perguntando pra onde o outro menino tinha ido, e eu continuava de boca calada. Eles diziam que ele tinha assaltado um turista, que ele era um menino perigoso, e que eles iam pegá-lo. Depois, botaram-me no camburão e me levaram para o módulo policial. Lá levaram-me pro banheiro e continuaram a me bater. Botaram formigas em cima de mim, e um sarará malencarado, com barba grande e cara de bandido, pegou uma largatixa que estava atrás da latrina e disse que ia enfiar na minha xoxota pra fazer agonia. Fiquei com medo e com nojo... Eles me xingaram de vagabunda, pistoleira, desgraçada, puta, cadela, descarada e uma porção de outros palavrões. Aí, um soldado alto e magrelo me mostrou um canivete e disse que, se eu não falasse logo a verdade, eu podia escolher o que eu preferia que ele cortasse: a minha língua, os meus dedos ou os bicos dos meus peitos!... Eu já não agüentava mais tanta porrada. Tinha apanhado como uma porra... não tive jeito... vi que ia bancar a otária, se continuasse calada, correndo o risco de perder a minha língua, os meus dedos ou os bicos dos meus peitos!... Aí, dedurei Betinho... contei onde ele costumava dormir e onde ele costumava trabalhar. Coitado do Betinho!... Depois eu soube que o pegaram e fizeram com ele coisas piores do que fizeram comigo!... Mas isso é outra história... se a senhora entrevistar Betinho, ele vai ter muita coisa pra contar... Ele é um menino que já sofreu muito na vida. Depois que eu entreguei Betinho, eles me amarraram numa árvore,

atrás do módulo policial, e depois me levaram de volta pra praia onde tinham me pegado. Continuava tudo deserto. Era muito tarde e a praia estava vazia. Aí, aconteceu o pior. Eles me deitaram no chão e tiraram a minha roupa. Um policial com cara de safado foi logo abaixando as calças e enfiando a rola na minha boca. Mandou que eu chupasse. Fiquei com nojo porque a rola dele fedia muito: fedia a suor, com mijo e sujeira... Acho que o porcalhão estava sem tomar banho há muitos dias... Mas não tive jeito, chupei assim mesmo. Lembrei-me de um caso que ouvi contar de uma mulher que foi obrigada a chupar a rola de um homem e, por vingança, em vez de chupar, ela mordeu o cacete dele com tanta força que cortou-o fora!... Tive vontade de fazer a mesma coisa!... Foi só no que pensei!... Mas fiquei com medo. Se fizesse isso, seria morte certa!... Ele me mataria na hora. Aquietei-me e chupei aquele cacete nojento e fedorento!... Depois, outro fez a mesma porcaria comigo. Foi horrível!... Depois, outro disse que era a vez dele, e deitou-se em cima de mim, gritou pra eu abrir as pernas e meteu o pau dele na minha xoxota. Depois veio o terceiro virou-me de costas e meteu no meu cu... quase me arreventa toda!... Ele saiu de cima de mim e me deixou sangrando!... Aquele bando mais parecia que queria matar do que foder!... Pareciam uns bichos atacando... Parecia que eles nunca tinham visto mulher!... Eles eram bichos, não eram gente!... Depois me largaram ali, sozinha, na praia. Acho que desmaiei, porque passei muito tempo sem saber o que estava acontecendo. Quando acordei, estava nua e cercada por muitos pivetes, que me olhavam em silêncio, sem coragem nem possibilidade de me ajudar. (Atáide, 1993, pp. 147-149)

A descrição de Rosa torna a linguagem e o vocabulário tradicionais insuficientes para adjetivar ou qualificar o sentimento que seu relato provoca. A violência sem limites contra uma criança indefesa remete-nos para a própria fragilidade do humano, em que surpreende descobrir o seu contrário, naqueles que são nomeados para proteger a sociedade.

Uma outra dimensão significativa no depoimento de Rosa é sua capacidade de transformar em relato uma experiência de vida dolorosíssima. O que comumente costuma-se apagar ou esquecer, esta corajosamente revisita, não apenas com breves enunciados de fragmentos esparsos de uma memória, mas constrói uma narrativa emblemática daquilo que há de mais ignóbil na condição humana. Realiza uma grande síntese da violência possível e absurda, que circula visível/invisível nos porões da sociedade, ontem e hoje. E, como em Machado, que matou o filho de Arminda para descrever o absurdo da escravidão, Rosa quase morreu para revelar que ainda somos prisioneiros da barbárie.

Ficção e realidade, literatura e história instituem campos em que a experiência humana é revelada, desafiada, questionada.

A força do destino

Em todos os três autores estudados, a fatalidade do destino está presente. Oliver Twist, apesar de viver as experiências mais terríveis que são reservadas às crianças pobres e órfãs, de ter convivido com ladrões e assaltantes, nunca se tornou um deles. Sempre manteve uma conduta diferenciada, mesmo freqüentando o mesmo ambiente. O mesmo se observa no líder dos Capitães da Areia, Pedro Bala, que com toda a vivência no mundo do crime, praticando roubos e assaltos, torna-se um líder revolucionário. Em Machado de Assis, Candinho, apesar das experiências em diversos campos profissionais, só será capaz de exercer a atividade de capitão-do-mato. No entanto, a marca do destino pensado por Machado para seu personagem revela-se na força determinante da sociedade, e não por meio de um sinal interior, uma herança, como projetam, em seus personagens, Dickens e Jorge Amado.

Estes os descrevem com a marca de uma herança da qual não podem furtar-se. O meio não é capaz de redirecioná-los para outros caminhos da vida. Embora Jorge Amado, constantemente, justifique a ação dos *Capitães da Areia* como resultado das injustiças sociais, seu herói tem uma missão maior, que é dar continuidade à saga de seu pai, um portuário morto em uma das greves realizadas por sua categoria: “A revolução chama Pedro Bala como Deus chama Pirulito nas noites do trapiche. É uma voz poderosa dentro dele, poderosa como a voz do mar, como a voz do vento, tão poderosa como uma voz sem comparação” (Amado, 1997, p. 252).

Dickens descreve seu personagem, Twist, como vítima de uma relação proibida que o condenará a uma infância órfã de sofrimentos inimagináveis, mas essa experiência não será capaz de transformá-lo em criminoso, embora as vivências cotidianas sugerissem que este seria o caminho plausível. Nesse sentido, uma outra personagem, Nancy, parceira de um dos ladrões, mas que tem uma atitude de certa proteção para com Twist, na oportunidade em que lhe é oferecida a possibilidade de mudar de vida, observa: “– Não, *sir*, não hesito – respondeu Nancy depois duma curta luta íntima. – Estou acorrentada à minha antiga vida. Odeio-a e abomino-a agora, mas não posso deixá-la” (Dickens, 1944, p. 306). Twist e Nancy, dois destinos que se cruzam, como se fossem independentes das influências sociais ou da própria consciência adquirida. No exemplo de Twist, mais especificamente, o passado que o condiciona seria representado como uma herança inconsciente das suas origens, pois sua mãe falecera logo após o parto. Nesse sentido, ao final da novela, o autor revela aos leitores um irmão de Twist – apenas por parte de pai – que tinha como projeto matá-lo para não correr o risco de,

um dia descoberto o parentesco, ser obrigado a dividir o testamento pertencente a ambos. Este irmão, conhecido como Monks, teria herdado da mãe as características que o tornavam um fora da lei. Reforça o autor a força da tradição e do destino, pois as almas puras não se corromperiam.

Uma perspectiva de destino bastante distinta é a construída por Machado para seu personagem central, pois ele resulta das influências do meio. Cria para o mesmo um matiz dominante que remete às determinações da sociedade. Candinho é retratado como alguém incapaz de vencer os condicionamentos sociais de sua época, pois estaria inteiramente subordinado ao imaginário da escravidão: “não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava de caiporismo” (Assis, 1962, p. 660). E quando seu personagem pensava em mudar de ofício, sempre encontrava uma justificativa para deixar tudo como estava: “O pior é que não encontrava à mão negócio que aprendesse depressa” (idem, p. 663). Toda essa força determinante só será vencida, na lógica do autor, quando a escravidão não mais existir. Nesse aspecto, a frase inicial do conto, ao projetar que... “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos”..., funda uma perspectiva de uma relação determinante entre a instituição e o ofício, a instituição e o indivíduo.

Vale destacar, entretanto, que as crianças pobres e órfãs de Londres no século XIX, a experiência de pais oriundos das camadas populares ameaçados pela Roda, no Brasil escravocrata, ou as crianças que perambulavam nas ruas de Salvador na década de 1930 não deixaram seus próprios registros do cotidiano das suas vidas. Diferentemente da década de 1980/1990, quando, pelo recurso dos depoimentos orais gravados, tem sido possível instituir um universo documental com o próprio relato dessas camadas.

É revelador percorrer alguns depoimentos de meninos/meninas e adolescentes que têm as ruas como referência de vida e moradia, destacando como se imaginam em termos de futuro ou, mais propriamente, se há um sentido de destino associado às suas falas. Para percorrer essas trilhas, revisitamos alguns relatos colhidos em Rio Branco⁹ e Salvador¹⁰. A. J. da Silva, em 1994, quando tinha 16 anos, em entrevista gravada relata: “Eu já fui preso tantas vezes... Quando fui preso pela primeira vez, eu tinha 11

9 O livro, *Senhores da rua: o imaginário dos meninos e meninas de (na) rua da cidade de Rio Branco*, organizado por Antônio Torres Montenegro e Maria José Bezerra, analisa em diversos depoimentos dessas crianças seu cotidiano, desejos, sonhos, medos e a constante ameaça da morte.

10 Ataíde, Yara Dulce Bandeira, *Decifra-me ou Devoro-te. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*, São Paulo, Loyola, 1993.

anos... Foi por causa de um assalto na rua... Já que eu entrei nesta vida tenho que viver nela mesmo. Não adianta mudar... Eu não vou mudar... Não sei os outros..." (Montenegro, 1996, p. 50). A forma como A. J. se projeta no futuro é de alguém que assumiu completamente sua saga, resignando-se ao determinismo de uma fatalidade, a de ter "entrado nessa vida". A sociedade, com seu universo de práticas e representações sociais, transformou-o em um indivíduo que precisa romper as normas e os modelos oficiais estabelecidos, aceitos, aprovados e recomendados como estratégia de sobrevivência. Nesse aspecto, ao verbalizar uma postura de transgressão às normas como meio de vida, apresenta-se e representa-se assumindo de forma radical este seu papel social. A maneira categórica como afirma e reafirma "... Não adianta mudar ... Eu não vou mudar..." revela uma consciência de quem viveu experiências, que modelam sua compreensão do presente e do futuro.

S. F. da Silva, aos 15 anos, quando também entrevistado em Rio Branco, fez o seguinte relato: "Eu quero deixar esta vida, mas é difícil deixar assim... Eu tenho vontade de deixar tudo isso. Acho que consigo, é só a gente querer" (idem, p. 121). S. F. reflete a consciência da força das condições sociais, em que o desejo de mudar de vida está mediado e condicionado pela relação indivíduo/grupo circundante. No entanto, diferentemente de A. J., afirma uma possibilidade de, através da própria vontade, encontrar as forças necessárias para uma mudança de vida. Na lógica das possibilidades, S. F. projeta-se com uma certa relutância, em um futuro diferente.

O grupo de crianças e adolescentes ouvido em Salvador revela uma compreensão do futuro para suas vidas, que oscila entre uma extensão sem alterações do presente então vivenciado e aqueles que se imaginam possivelmente ajustados aos padrões institucionalizados. Rosa, nos seus treze anos de vida, em uma certa passagem de seu relato observa: "Não acredito no futuro, pois vejo no futuro todo mundo pedindo esmola, e a polícia matando muita gente" (Atafde, 1993, p. 149). Para esta jovem de treze anos, a esperança de uma vida diferente é algo impensável. Aquilo que poderia constituir-se em um estado de exceção, esta aponta como uma regra geral¹¹, o que de certa forma é reafirmado por Fafá que, aos 11 anos, também não imagina algo diferente do que

11 Walter Benjamin, no tópico 8, "Sobre o conceito da história", registra, em relação ao fascismo, que: "A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade.'" Essa reflexão muito nos ajuda a pensar a história desta camada da população e o lugar e a forma como a sociedade define a forma de percebê-los e compreendê-los.

Rosa afirmara: “Acho que a vida das outras crianças que vivem na rua é igual a minha... a mesma coisa ruim!... O futuro é tudo acabado!... Os pobres todos mortos!...” (idem, p. 156). Carlos, com apenas 10 anos, também observa: “Acho que, na vida de quem vive na rua, o amor não existe. Nosso futuro é todo mundo lascado, morto!...” (idem, p. 118). A consciência trágica e ao mesmo tempo de extremo realismo, dessas crianças e adolescentes no lidar com o real que a sociedade lhes reserva, denota como os valores e princípios instituídos têm uma relevância e uma circulação restrita. O sonho, o desejo de uma outra vida é confrontado com a força destruidora da violência das perdas cotidianas.

Poder-se-iam ainda analisar estes relatos sob uma outra ótica: a de que estes seriam uma forma de impressionar a entrevistadora. No entanto, como deixar de reconhecer que o assassinato tem sido o fim de muitos dos companheiros dessas crianças que, ao se imaginarem com um futuro semelhante, reproduzem um sentimento vivenciado cotidianamente? Podem não ter apenas este sentimento quanto ao futuro, mas ele é indissociável do seu pensar e viver.

Nesse contexto, Paulinho, com seus 11 anos, ao afirmar que deseja “...crescer, arranjar trabalho e ter sua nega e ser feliz junto com ela” (idem, p. 105), parece um grande sonhador. Da mesma forma Zeli: “Eu estou me esforçando e espero ser um cara trabalhador... Quero ganhar meu dinheiro pra me alimentar direito e comprar as coisas de que eu preciso, sem ficar pedindo na rua”.

Universo acolhedor/acolhido

Há um aspecto na novela dos três autores estudados que remete à problemática do ato de acolher a criança abandonada por parte de determinadas famílias que se comovem com a realidade das mesmas. No que se refere a Machado, essa é apenas uma curta passagem em que o pai, Candindo, a caminho da Roda, ao perceber um vulto semelhante à escrava que passara todo o dia a caçar em razão, sobretudo, da recompensa – cem mil réis, afirmava o anúncio do jornal –, pede ao dono de uma farmácia que guarde seu filho por alguns instantes, enquanto precisa resolver um problema. Depois de capturar a escrava Arminda e levá-la ao senhor, recebendo imediatamente a recompensa, retorna ansioso, para ter de volta seu filho. No entanto, o farmacêutico não estava mais com a criança nos braços, como o pai havia deixado há alguns instantes. Quis esganar o farmacêutico, narra Machado, mas este, em tempo, explicou que a criança estava “lá

dentro com a família”. Esse acolhimento momentâneo, que causara uma reação descontrolada do pai, sugere ao leitor que, naquele lar, talvez houvesse a garantia do alimento e das condições de vida que lhe faltavam.

Em Dickens, como em Jorge Amado, o acolhimento de crianças pobres por parte de algumas famílias é um tema recorrente. Twist será acolhido inicialmente por Mr. Brownlow, que fizera uma queixa na polícia, ao confundir-lo com outras duas crianças que roubaram seu lenço de seda. No entanto, reconhecendo posteriormente a injustiça cometida, não apenas retira a queixa como o leva para sua casa e passa a tratá-lo como filho. Após algumas semanas, Twist, ao sair às ruas para entregar uma encomenda de Mr. Brownlow, foi recapturado pelos ladrões e impedido de retornar ao seu novo lar. Passado algum tempo, estes, ao planejarem um roubo a uma casa nos arredores de Londres, usam Twist com seu corpo magro e esguio para penetrar e facilitar-lhes a invasão. Mas são descobertos e fogueados, deixando Twist que fora baleado a alguns metros da casa. Este, mesmo baleado, retorna à casa em que realizariam o roubo, é socorrido e, posteriormente, adotado pela família de Mrs. Maylie. Através dessa família, consegue reencontrar Mr. Brownlow – que representa a primeira família que o acolhera – como também descobrir sua própria história de orfandade. A história de seus pais que lhe era inteiramente desconhecida.

Em Jorge Amado, algumas famílias ricas também se comovem com a vida dessas crianças e as aceitam, geralmente como empregados. Ao serem acolhidas, a estratégia destas não é a de mudar de vida, mas conhecer onde são guardados os objetos de valor. Em seguida as informações são transmitidas ao restante do grupo, que planeja o roubo. O personagem escolhido para vivenciar o acolhimento é conhecido pelo apelido de “Sem Pernas”. Narra o autor duas situações em que este foi convocado pelo grupo, para representar o papel de uma criança abandonada, em busca de um emprego. Em ambas as oportunidades, o fato de ser aleijado de uma perna, fazendo-o andar com uma certa dificuldade, comove as famílias que o adotam. Na família de Dona Ester e doutor Raul, um advogado de prestígio, Sem Pernas começava a substituir o filho, que ainda criança estes haviam perdido. Mesmo seduzido pelo carinho e conforto recebidos, Sem Pernas cumprirá sua missão e retornará para os Capitães da Areia, informando-lhes a maneira mais fácil de adentrar a casa que o acolhera e o local onde estavam guardados os objetos de valor.

A perspectiva de acolhimento por algumas famílias, em Jorge Amado e Charles Dickens, é completamente distinta. Twist terá sempre uma postura de gratidão para aqueles acolhimentos marcados de tanto carinho e generosidade. Afinal, o mundo da

rua seria o território da maldade, do vício, da perdição ao qual Twist nunca se identificou. Em Jorge Amado, *Sem Pernas* é um dos membros dos Capitães da Arca, meninos de rua de Salvador, que estão nesse tipo de vida em razão das injustiças e desigualdades sociais. A família acolhedora é representada nesse contexto; o roubo cometido pelos Capitães, a partir das informações de Sem Pernas, é representado como uma redivisão da riqueza. No entanto, não deixa o autor de registrar o abatimento de Sem Pernas, que se comoveu com o tratamento humano recebido na casa de Dona Ester. Quando o chefe, Pedro Bala, retorna com o dinheiro do apurado da venda dos objetos e o procura para entregar-lhe a sua parte, este não recebe.

Em 1994, foi realizada uma pesquisa, cujo objeto de estudo eram as famílias de baixa renda que adotam crianças. Analisando uma comunidade de baixa renda, da periferia do Recife, Alto José Bonifácio, esta pode, por um recenseamento, casa a casa, registrar um total de 827 famílias moradoras. Destas, 100 tinham agregado algum outro membro. O critério de acolhimento de crianças refletia um amplo arco de fatores; desde aquelas encontradas na rua a outras que se tornaram órfãs e não tinham parentes que desejassem assumi-las ou, ainda, os casos de constantes atos de violência por parte da mãe ou do pai.¹² Alguns aspectos na pesquisa destacam-se na perspectiva de análise do presente artigo. Inicialmente, as famílias que acolhem outras crianças têm um nível baixo de renda. Esta solidariedade entre os não ricos contrasta com o mundo ficcional, de Dickens e Jorge Amado, em que as famílias abastadas são as que realizam o acolhimento. Uma outra dimensão refere-se ao fato de que, no depoimento daqueles que acolhem, revela-se um profundo sentimento de solidariedade e transferência. O acolhedor se projeta na criança abandonada, rejeitada e relembra sua própria história de vida. O acolhedor acolhe em si sua própria criança um dia também abandonada...

– Eu não podia fazer de conta que não estava acontecendo nada... A menina estava ali, na rua, e eu tinha que fazer alguma coisa por ela... Quando eu vi aquela figura triste, aqueles olhinhos, comecei a pensar no passado, em tudo o que sofri... Eu não ia deixar aquela coisa ruim tomar conta de mim, então tomei uma atitude... Disse à mãe da menina: me dá ela para mim, que eu tomo conta. A mãe me deu. Pode ver, que me deu um alívio tão grande! (idem, p. 97)

12 A dissertação de Maria Aparecida Lopes Nogueira, *O imaginário: uma viagem ao universo do "acolhedor-acolhido"*, revela uma pesquisa com as camadas populares, sobre a questão da adoção de crianças, analisando relatos daquele que adota como também do que é adotado.

Esse depoimento revela como muitas crianças que vivem na rua têm pai ou mãe. Muitas vezes é a violência, além da própria miséria, que os faz preferir morar na rua. Algumas nunca voltam a casa, e outros fazem-no apenas eventualmente.¹³

Essa capacidade das famílias de baixa renda de incorporar mais uma pessoa à família, um agregado, muitas vezes como uma forma não oficial de adoção revela formas de ampliação da família nuclear. Nesse cenário constrói-se uma barreira invisível ao aumento do número de crianças que vivem nas ruas.

O acolhedor da periferia do Recife, além de muitas vezes ressignificar sua própria história de vida, estaria recriando uma prática de adoção comum entre as famílias prósperas do meio rural. Os senhores costumavam sempre ter diversos afilhados e, na eventual morte dos genitores, assumiam a responsabilidade pela criação dos mesmos. Esta prática de apadrinhamento era também uma forma de ampliar a força de trabalho. Dessa forma, aliava-se a uma relação de trabalho uma outra, de eterna dívida para com o acolhedor. Estabelecia-se um laço de dependência que se carregava pelo resto da vida. Contrariar a vontade do senhor/acolhedor era romper um pacto de vida.

Ao percorrer as trilhas dos relatos orais, em que diversos narradores ressignificam sua própria história de vida, para torná-la pública, descobre-se um universo social até então esquecido e prisioneiro do seu próprio tempo. O diversificado quadro de relato de crianças e adolescentes, ao tornar-se documento, rompe com a curta duração da memória viva, além de ampliar suas marcas. Nesse sentido, os depoimentos constituem-se não apenas em uma fonte para o estudo da história das crianças, mas, sobretudo, em mais uma forma possível de compreender e transformar.

A literatura e a história trilhadas nesse trabalho reinventam as crianças de rua no Brasil como universo de práticas sociais a desafiar cotidianamente os modelos e padrões de governabilidade, sociabilidade e solidariedade.

Referências bibliográficas

Adorno, Sérgio. "Criança: a Lei e a Cidadania". In: *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p. 109.

13 Este aspecto da história de vida destas crianças encontra-se amplamente documentado nos livros já citados: *Decifra-me ou devoro-te* e *Senhores da rua*.

- Amado, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- Anjos, João Alfredo dos. *A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Orientadora: Maria do Socorro Ferraz Barbosa, 1997.
- Assis, Machado. "Contos". *Obra Completa*. Vol. II. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1962.
- Atafde, Yara Dulce Bandeira. *Decifra-me ou devoro-te. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo, Loyola, 1993.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Decca, Edgar Salvadori de. "O que é Romance Histórico?" In: Aguiar, Flávio; Meihy, José Carlos Sebe B.; Vasconcelos, Sandra Guardini (orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo, Xamã, 1997,
- Dickens, Charles. *Oliver Twist*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti – Editores, 1944.
- Faoro, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.
- Menezes, Mozart Vergetti de. *Prevenir, disciplinar e corrigir: as escolas correccionais no Recife (1909-1929)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Orientador: Antonio Torres Montenegro, 1995.
- Montenegro, Antonio Torres, Maria José Bezerra (orgs.). *Senhores da rua: o imaginário dos meninos e meninas de (na) rua da cidade de Rio Branco*. Rio de Janeiro, Globo, 1996.
- Nogueira, Maria Aparecida Lopes. *O imaginário: uma viagem ao universo do "acolhedor-acolhido"*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Orientador: Danielle Perin Rocha Pitta, 1994.
- Rizzini, Irma (org.). "O elogio do científico – A construção do 'Menor' na Prática Jurídica". In: Rizzini, Irene (org.). *A criança no Brasil hoje – Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- White, Hayden. *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Edusp, 1994, p. 138.